

05/06/2012

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 418.379 CEARÁ

RELATOR	: MIN. JOAQUIM BARBOSA
AGTE.(S)	: ESTADO DO CEARÁ
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ
AGDO.(A/S)	: JOÃO DE DEUS SALES
ADV.(A/S)	: SILVANA DO NASCIMENTO LIMA

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL. PREVIDENCIÁRIO. ESTADO DO CEARÁ. POLICIAL MILITAR. VANTAGENS. EXTENSÃO AOS INATIVOS E PENSIONISTAS. POSSIBILIDADE.

Ambas as Turmas desta Corte têm entendido que vantagens concedidas de forma geral aos servidores militares da ativa devem ser estendidas aos inativos e seus pensionistas. Precedentes: RE 488.051-AgR, rel. min. Eros Grau, DJ de 07.12.2007; RE 434.903-AgR, rel. min. Gilmar Mendes, DJ de 15.09.2006; RE 344242 AgR, rel. Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, DJ 01.07.2011.

Agravo regimental a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a presidência do ministro Ricardo Lewandowski, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso de agravo, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 05 de junho de 2012.

Ministro JOAQUIM BARBOSA

Relator

Documento assinado digitalmente

05/06/2012

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 418.379 CEARÁ

RELATOR	: MIN. JOAQUIM BARBOSA
AGTE.(S)	: ESTADO DO CEARÁ
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ
AGDO.(A/S)	: JOÃO DE DEUS SALES
ADV.(A/S)	: SILVANA DO NASCIMENTO LIMA

RELATÓRIO

O Senhor Ministro Joaquim Barbosa (Relator): É este o teor da decisão com que neguei seguimento ao recurso extraordinário (fls. 155/156):

“DECISÃO : Trata-se de recurso extraordinário (art. 102, III, a, da Constituição) interposto pelo Estado do Ceará, de acórdão que, nos autos de mandado de segurança, determinou que o valor da aposentadoria de policial militar deve corresponder aos vencimentos ou proventos percebidos como se estivesse na ativa, sendo computadas as gratificações e vantagens próprias da atividade.

Afirma o recorrente que, à luz do art. 40, § 8º, da Constituição federal, as diárias operacionais e o abono policial militar são devidos apenas aos policiais que se encontrem no desempenho de suas atividades, não cabendo extensão aos inativos.

Esta Corte posicionou-se no sentido de que os policiais militares inativos do estado do Ceará têm direito ao abono policial militar, uma vez que extensivo a todos os servidores em atividade (art. 40, § 8º, da CF/1988, com a redação dada pela EC 20/1998). Confira-se:

EMENTA: Servidor público do Estado do Ceará. Gratificações de serviço denominadas diárias operacionais e abono policial militar: extensão aos servidores inativos, com base no art. 40, § 8º (red. da EC 20/98) da Constituição Federal, dado o seu caráter geral (v.g. AI 265373 AgR,

RE 418.379 AGR / CE

Marco Aurélio, DJ 02.02.01; RE 385.041, Carlos Velloso, DJ 17.06.03; AI 332.894, Nelson Jobim, DJ 29.08.01). (RE 410.288-AgR, rel. min. Sepúlveda Pertence, Primeira Turma, DJ de 27.02.2004)

Dessa orientação, não divergiu o acórdão recorrido.

Do exposto, nego seguimento ao presente recurso. “

Dessa decisão interpõe-se agravo interno sob o fundamento de que algumas vantagens não possuem caráter geral.

Mantenho a decisão agravada e trago o presente agravo à apreciação da Turma.

É o relatório.

05/06/2012

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 418.379 CEARÁ

VOTO

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR): Inconsistente o recurso.

Conforme assinaei na decisão agravada, ambas as Turmas desta Corte entendem que vantagens concedidas aos servidores militares da ativa de forma geral devem ser estendidas aos inativos e seus pensionistas. Neste sentido, confirmam-se os precedentes a seguir destacados:

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. POLICIAL MILITAR. ESTADO DO CEARÁ. DIÁRIAS OPERACIONAIS. VANTAGENS. EXTENSÃO A INATIVOS E PENSIONISTAS.

1. São extensíveis aos servidores inativos e aos pensionistas as vantagens concedidas aos policiais militares ativos de forma geral, independentemente do atendimento de qualquer requisito que não seja o mero exercício da função policial.

2. O fato de a denominação de algumas parcelas remuneratórias sugerirem a idéia de que constituem benefícios propter laborem não ilide o seu caráter geral, eis que concedidas indistintamente aos policiais militares da ativa. Incide, assim, o mandamento contido no artigo 40, § 8º, da Constituição do Brasil, na redação dada pela Emenda Constitucional n. 20/98.

Agravo regimental a que se nega provimento.” (Grifei - RE 488.051-AgR, rel. min. Eros Grau, DJ de 07.12.2007)

“Agravo regimental em recurso extraordinário. 2. Policial militar do Estado do Ceará. Diárias operacionais. Extensão aos servidores aposentados. Art. 40, § 8º, da Constituição Federal

RE 418.379 AGR / CE

(redação da EC 20, de 1998). Precedentes. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.” (Grifei - RE 434.903-AgR, rel. min. Gilmar Mendes, DJ de 15.09.2006)

*EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário. Policial militar. Estado do Ceará. Gratificações e vantagens pessoais. Extensão aos inativos e pensionistas. Precedentes. 1. A jurisprudência da Corte está consolidada no sentido de que as gratificações de serviços denominadas **diárias operacionais e gratificação de risco de vida, entre outras, têm caráter geral e devem ser estendidas aos inativos e pensionistas.** 2. Agravo regimental não provido.*

(Grifei - RE 344242 AgR, rel. Min. Dias Toffoli,, Primeira Turma, DJ 01.07.2011)

Nessa linha, confirmam-se ainda os seguintes julgados: RE 383349 AgR, rel. min. Eros Grau, Segunda Turma, DJ 01.12.2006, RE 392579 AgR, rel. min. Eros Grau, Primeira Turma, DJ 24.06.2005.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo.



SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 418.379

PROCED. : CEARÁ

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA

AGTE.(S) : ESTADO DO CEARÁ

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ

AGDO.(A/S) : JOÃO DE DEUS SALES

ADV.(A/S) : SILVANA DO NASCIMENTO LIMA

Decisão: A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello. **2ª Turma**, 05.06.2012.

Presidência do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski. Presentes à sessão os Senhores Ministros Gilmar Mendes, Cezar Peluso e Joaquim Barbosa. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Francisco de Assis Vieira Sanseverino.

p/ Fabiane Duarte
Secretária